

PERMANÊNCIA E ÊXITO: UM OLHAR SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Érica Oliveira de Castro Farias¹

RESUMO

O presente estudo traz algumas reflexões quanto à precarização da política pública de educação e da importância da Assistência Estudantil operacionalizada no âmbito dos Institutos Federais de Educação para os discentes em vulnerabilidade social. Nesse viés, teve como objetivo refletir a permanência e o êxito a partir da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus-Centro. Para isso foram elencados alguns fatores que contribuem para a permanência dos discentes no ambiente acadêmico, em seguida foram associados esses fatores ao êxito escolar, especialmente quanto às problemáticas vinculadas às desigualdades sociais, e por último foi verificado se a viabilização da atual Política de Assistência Estudantil, por meio de seus programas, tem contribuído para a redução das desigualdades sociais no âmbito Institucional e promovido o êxito acadêmico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa onde os dados foram obtidos a partir da pesquisa bibliográfica e documental e interpretados à luz da análise de conteúdo. Diante disso, mais do que viabilizar o acesso à benefícios sociais, está a necessidade de verificação de impactos que essa redistribuição de renda tem representado para os discentes, principalmente quanto à manutenção e conclusão de seu curso. Assim, conclui-se que a Política de Assistência Estudantil do IFAM Campus Manaus-Centro tem contribuído para a redução das desigualdades sociais no âmbito Institucional, mitigando as taxas de evasão e retenção, além de promover a permanência e êxito quando associada às demais ações, políticas e projetos institucionais.

Palavras-chave: Permanência, Êxito, Assistência Estudantil.

INTRODUÇÃO

No Brasil, desde seu processo de redemocratização, a educação passou por profundas modificações que estão interligadas desde a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, que deram origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS. Apesar de todas essas leis com objetivos que giram em torno da democratização e da universalização do acesso à educação, elas ainda se apresentam ineficazes e ineficientes, pois problemáticas como evasão e retenção ainda são crescentes no sistema educacional brasileiro.

Mesmo com a ampliação do acesso e das melhorias para as condições de permanência dos alunos na escola, essas medidas apresentam-se insuficientes diante do

¹ Mestre em Educação Profissional e Tecnológica pelo PROFEPT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus-Centro, ericafarias88@yahoo.com.br

caos e abandono que a educação passa há décadas neste país. Para Meira (2015) as consequências deste cenário é a potencialização das situações de desigualdade e exclusão, as quais se agravam no contexto escolar. Diante disso, a evasão escolar costuma causar uma reação em cadeia, afetando não apenas o aluno, mas a escola, o sistema de ensino, a família e a sociedade como um todo. (Batista Júnior, 2019).

Da Escola de Aprendizizes à Artífices a Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas IFAM Campus Manaus-Centro trata-se de uma Instituição centenária que oferece educação profissional e tecnológica de qualidade, preconizando a preparação de seus alunos para além do mercado de trabalho, com uma perspectiva de educação para o exercício de cidadania. De acordo com estudo emitido pelo Tribunal de Contas de União (TCU) no ano de 2012, os Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica objetivam melhorar a qualificação profissional de todos os segmentos da mão-de-obra nacional. Ministrando cursos para públicos diversificados, que vão desde turmas em que não se exige formação acadêmica prévia dos estudantes até turmas de pós-graduação e mestrado.

Os pilares que sustentam a educação profissional e tecnológica, a saber: a politecnia, o trabalho como princípio educativo e a formação humana integral, se concretizam nas múltiplas ações desenvolvidas no âmbito dos *campi* do IFAM, por meio de profissionais que desenvolvem formas de trabalho que possam atender as necessidades dos alunos não somente no que diz respeito a assistir as aulas, mas compreender que há fatores intimamente relacionados que estão fora dos muros institucionais e que incidirão diretamente sobre o processo de ensino-aprendizagem desses alunos.

A educação que é um direito constitucional, cujo dever de promoção é do Estado, necessita de investimentos e ações efetivas para o combate à evasão e retenção escolar. Via de regra, a escola é apenas mais um dos espaços em que as desigualdades sociais estarão desnudadas, onde as dificuldades para o acompanhamento escolar não são apenas quanto às metodologias aplicadas ou mero desinteresse do aluno, mas a real face da sociedade capitalista que proporciona a uma minoria as condições necessárias para acesso à educação. Nesse viés, combater a evasão representa uma importante dimensão para alcance da efetividade das políticas de educação profissional. No entanto, para se montar uma estratégia de combate à evasão faz-se necessário conhecer a real dimensão desse problema nos diversos cursos. (TCU, 2012)

Com um olhar sobre a qualidade do ensino, abrangendo as multiplicidades de demandas educacionais quanto às diversidades, a permanência e o êxito escolar é que o

Ministério da Educação, no ano de 2014 junto da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), formulou um plano de ação para se trabalhar a evasão e retenção escolar no âmbito dos Ifs. De acordo com a SETEC (2014), esse plano foi composto por sete dimensões que abrangem o entendimento dos fenômenos da evasão e retenção e medidas para o seu combate, a formação de parcerias, o desenvolvimento da pesquisa e inovação, a inserção profissional dos estudantes, a distribuição de cargos e funções às instituições, a capacitação dos servidores e a avaliação de cursos de educação profissional e tecnológica.

Partindo desse Plano de Ação e considerando o cumprimento de suas funções no âmbito educacional, principalmente quanto à permanência dos alunos na escola e a conclusão de seus cursos é que o IFAM elaborou em seu Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI e em seu Projeto Político – Pedagógico (PPP), ações a serem desenvolvidas por toda a comunidade escolar. Além disso, as dificuldades externas à Instituição, também repercutem no processo de ensino-aprendizagem desses alunos. As desigualdades sociais tendem a se refletir sobre o processo de evasão e retenção escolar, tendo como fator predominante aqueles relacionados a própria manutenção do aluno no ambiente escolar. Acesso sem permanência de qualidade, com políticas públicas internas e externas que comportem a gama de situações desse público.

Para tanto, o documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica do ano de 2014 elaborado pela SETEC/MEC aponta que para entender a evasão e a retenção como fenômenos que envolvem fatores multidimensionais (culturais, sociais, institucionais e individuais), e relacionar esse entendimento à complexidade da Rede Federal no cumprimento da sua função social, implica em articular ações que deem conta do atendimento a um público diversificado que, em sua maioria, é socioeconomicamente vulnerável e egresso de sistemas públicos de ensino em regiões com baixo índice de desenvolvimento educacional.

Conforme sinalizado neste documento, e no tocante às vulnerabilidades sociais requerem intervenções institucionais que os visualizem como sujeitos de direito, em uma perspectiva de formação humana integral ou omnilateral. Para Frigotto (2012, p. 267), a omnilateralidade trata-se de “um termo que vem do latim e cuja tradução literal significa ‘todos os lados ou dimensões’”. Ou seja, a educação omnilateral aborda uma “concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para

seu pleno desenvolvimento histórico” (Frigotto, 2012, p.267). Ele resume a educação omnilateral como sendo aquela que abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, tendo em vista que não são simplesmente dados pela natureza (Frigotto, 2012).

Diante disso, esse artigo se propôs a refletir a permanência e o êxito a partir da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM Campus Manaus-Centro. Para isso, foi dividido em duas seções, a primeira intitulada: A formação humana integral e a redução das desigualdades sociais no ambiente escolar, e a segunda seção: Permanência e êxito à luz da assistência estudantil.

A FORMAÇÃO HUMANA INTEGRAL E A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS NO AMBIENTE ESCOLAR.

A formação humana integral compreende processos históricos vividos pela educação em si e na Educação Profissional e Tecnológica. Em um passado não muito distante, relegava-se aos pobres os trabalhos braçais e que “não exigiam o pensar”, era a prática pela prática e sujeição desde muito cedo a trabalhos penosos; e aos filhos da elite a concepção erudita de educação, onde poderiam dispensar anos de suas vidas apenas para dedicarem-se aos estudos e provavelmente assumirem os negócios da família.

Até a Constituição de 1988 a educação brasileira já tinha percorrido um longo período de muitas reviravoltas entre as ideias pedagógicas e a adoção de sistemas de ensino variados. Após o reconhecimento da educação enquanto direito social, demandando a intervenção do Estado em sua efetivação, regulamentado pela Constituição Federal de 1988, se seguiu uma gama diversificada de documentos que regulamentam, organizam e sistematizam a oferta da educação em todo o território brasileiro. (Rêgo; Benevides, 2019)

Precedida da Constituição Federal de 1988, a Lei nº 9.694 Lei de Diretrizes e Bases da Educação LDB, é uma das mais importantes legislações para o processo de regulamentação da educação enquanto direito social, através da organização, sistematização e operacionalização de políticas sociais de educação. Partindo das garantias constitucionais, onde educação é direito de todos, a concepção de escola unitária ganha reforços. Educação essa em que o estudante tenha acesso as mais diversas formas de conhecimento, possa trabalhar e produzir e se reproduzir em meio a sociedade, onde

ele possa ter escolhas e seja partícipe de seu processo de construção de sua própria vida. (Rêgo; Benevides, 2019)

A concepção de formação humana integral como sustentáculo da EPT é uma assertiva ao considerar que a mesma concebe o homem em todas as suas dimensões de vida e seus reflexos no processo educativo, ou seja, a formação omnilateral que dará dimensões de vida que estruturarão a prática social, que seriam o trabalho, a ciência e a cultura. Os alunos com nível socioeconômico mais baixo, apresentam menores índices de rendimento, e conseqüentemente estão vulneráveis a sair da escola. Essa assertiva vincula-se, geralmente, as situações que envolvem alunos trabalhadores, que muito cedo precisam contribuir com o seu próprio sustento e de sua família.

Dessa forma, pelo próprio cansaço em torno da rotina, a desmotivação pela baixa qualidade do ensino, ou mesmo quanto ao sentimento de pertencimento, vários adolescentes desistem dos estudos sem ao menos concluir o ensino médio.

PERMANÊNCIA E ÊXITO À LUZ DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O modo de produção capitalista caracteriza-se, principalmente, pela propriedade privada dos meios de produção, que pertence ao grande capitalista, e o trabalho assalariado, que encontra em um imenso exército de reserva, o proletariado, campo fértil para exploração e sujeição do homem às mais diversas formas de exploração, posto que este, tão alijado na sociedade, só detém sua força de trabalho para ser vendida.

Quando pensadas essas observações no âmbito da educação é possível avaliar de que forma a escola pode ser um meio de libertação ou de reforço de um status quo da classe trabalhadora. Ainda hoje, são perceptíveis as dificuldades existentes para que os filhos das camadas menos favorecidas da sociedade possam ter acesso à educação no Brasil, ou mesmo aos meios básicos para sua própria subsistência. Para Sposati (2002), o acesso aos serviços básicos de qualidade saúde, educação, habitação acabam atrelados à iniciativa privada, estando disponíveis aos cidadãos-consumidores que podem dispor de tais serviços no mercado. O usufruto dos serviços públicos é feito -quase que por obrigatoriedade, como a única alternativa -pelos indivíduos impossibilitados de pagar por serviços de melhor qualidade.

A escola reflete o espaço antagônico das classes que compõem a sociedade capitalista. O capitalismo floresce nas pessoas as questões relacionadas à individualidade, mérito, desigualdades, e isso também desagua sobre o processo educacional. No processo

histórico que envolve a Educação Profissional e Tecnológica - EPT, observa-se a dicotomia entre formação para as atividades intelectuais e para aquelas destinadas ao chão de fábrica. Para Pereira (2008), devido ao direcionamento neoliberal aos países de economias periféricas, o Estado passa à formulação de políticas sociais privatizadas com a participação de organismos privados na oferta, segregando os que podem e os que não podem pagar. Focalizadas, focadas nas ações emergenciais voltadas para os pobres dentre os mais pobres e, descentralizadas, transferindo responsabilidades para outras esferas do poder público, ou para instituições privadas.

Em meio a esse cenário, ganha espaço de discussão a permanência e o êxito estudantil, especialmente na EPT, na figura dos Institutos Federais de Educação e de assistência estudantil. Há fatores que contribuem para a manutenção dos estudantes nesses espaços de formação, e dentre eles estão: a rápida qualificação para o mercado de trabalho, a resiliência em mudar sua realidade e da sua família, preparo para adentrar ao nível superior, em universidades públicas. Nada disso seria possível sem os pilares que sustentam a EPT, que são o trabalho como princípio educativo, a politecnia e a formação humana integral.

Diante dessa demanda por formação humana integral ganha espaço o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010. Em seu bojo, aponta para a necessidade de ações que visem garantir condições de igualdade no acesso e permanência dos alunos nas Instituições. Ele se materializa por meio de várias ações que coadunam com a noção de direito social, mesmo que com a necessidade de ajustes para atender de maneira integral aos discentes.

A importância da assistência estudantil para a permanência e êxito é algo inquestionável. No entanto, as reduções orçamentárias e as tentativas frequentes de desarticulação proporcionado pelo próprio modelo capitalista e do neoliberalismo econômico trazem à tona um modelo de assistência focalizado e fragmentado. Conforme apontam Rêgo e Benevides, 2019, p.09

Mesmo que a política de assistência estudantil venha atender uma demanda crescente de permanência no ensino superior redimensionada pela expansão das IES, aumento no número de vagas e políticas afirmativas de cotas é preciso considerar que o delineio das ações, em grande parte, não tem coadunado com o compromisso de democratizar, universalizar e incluir socialmente pela educação, uma vez que desvincula a compreensão do direito, não investe na qualidade dos serviços articulados com o conjunto maior das políticas públicas, e individualiza as demandas estudantis por moradia, alimentação, transporte concentrando os investimentos na transferência direta por meio de auxílios estudantis. (Rêgo e Benevides, 2019, p.09)

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Minayo, 2016) onde os dados foram obtidos a partir da pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de artigos científicos e referências bibliográficas sobre a temática em questão, utilizando-se de acervos próprios da pesquisadora e de bibliotecas digitais, além de períodos especializados.

Os dados obtidos foram analisados à luz da Análise de Conteúdo (AC), que pode ser compreendida como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, 2016, p. 15), cujo objetivo é explorar os sentidos e significados atribuídos pelos sujeitos participantes de estudos qualitativos, e também quantitativos, a respeito de um tema, problema e/ou fenômeno, a partir da sistematização rigorosa e estruturada de

Um conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitem a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 46).

De acordo com Bardin (2016), a Análise de Conteúdo é composta por três fases: a pré-análise, exploração do material e o tratamento dos resultados e interpretação. Essas fases apresentam intersecções e cabe ao pesquisador comprometer-se com a realização de cada fase com rigorosidade para não comprometer a fase seguinte, visto que há interdependência entre elas, ou seja, é preciso respeitar a ordem das fases, não sendo possível realizar, por exemplo, as inferências e a interpretação sem antes realizar a pré-análise e a exploração do material. A falta de rigor e observância da sequência das fases propostas por Bardin incorrem no risco de comprometer a análise e as considerações tecidas. (Valle e Ferreira, 2024).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos materiais tem-se como resultados que no modo de produção capitalista ainda há a predominância da fragmentação entre os trabalhadores que concebem e aqueles que executam. Essa fragmentação também perpassa pela produção de conhecimento, onde a Instituição de Ensino que preconiza por uma formação humana integral encontrará um processo bem mais complexo para viabilizá-la, haja vista a falta de execução do trabalho como um todo. (Cembranel; Sandri, 2016)

Com base nas consequências negativas produzidas pela fragmentação, tanto do saber quanto dos indivíduos, é de fundamental importância que sejam desenvolvidas estratégias que restitua o caráter de totalidade na formação profissional e, principalmente, no trato dos problemas sociais que desaguam no ambiente escolar, constituindo-se como uma superação da visão atomizada dos objetos e dos sujeitos (Tonet, 2013). Nesse aspecto, a escola tende a não ser apenas um espaço de para o letramento, mas de compartilhamento de vivências, de emoções, de necessidades que formem o aluno para além do mercado de trabalho.

Dessa forma, é notório que o PNAES é um esforço no sentido de democratizar as condições para permanência de estudantes nas Instituições de ensino. A assistência estudantil também transita e articula várias áreas dos direitos humanos, tais como: saúde, assistência à manutenção das condições materiais de sobrevivência, apoio pedagógico para formação profissional humana e acompanhamento das necessidades educacionais e específicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas reflexões trazidas neste artigo, percebe-se que a assistência estudantil contribui de maneira ímpar na vida dos estudantes. As ações e benefícios trabalhados ao longo do ano letivo permitem a frequência escolar e uma melhoria nos índices de evasão escolar. Apesar das constantes reduções orçamentárias as equipes multiprofissionais existentes nos Ifs e Ufs se reinventam para atender a todos que estejam dentro do perfil para recebimento dos recursos e/ou serviços.

As desigualdades sociais tendem a se expressar no ambiente escolar em múltiplos formatos. Dentre eles, o abandono escolar para que esse estudante possa ingressar no mercado de trabalho para contribuir com a renda familiar. Geralmente, esses vínculos são estabelecidos por meio de subempregos e/ou na condição de aprendiz ou estagiário, onde esses adolescentes tentam conciliar junto às atividades educacionais. O cansaço e a falta

de tempo para se dedicar aos estudos acabam por levá-los a realizarem escolhas, onde serão priorizadas justamente as relacionadas a sobrevivência.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016;

BATISTA JÚNIOR, A Herton. **Motivos da evasão na visão dos alunos evadidos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio do IFMG- Campus Arinos**, 2019.

Disponível em:

http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/bitstream/1/2284/1/aherton_batista_junior.pdf. Acesso em: 17 de fev.de 2024.

BRASIL. Tribunal de Contas da União (TCU). **É excessiva a evasão dos cursos superiores ofertados pelos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica?**

Revista TCU, 2012. Retirado de:[file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/134-Texto%20do%20artigo-246-1-10-20150917.pdf](file:///C:/Users/C3%89rica/Downloads/134-Texto%20do%20artigo-246-1-10-20150917.pdf). Acesso em: 22 de fev. de 2024.

BRASIL. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES. Casa CivilSubchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto 7.234 de 19 de julho de 2010. Brasília

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 10 fev. 2024.

_____. Lei de Diretrizes e Bases. Ministério da Educação, Decreto nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 12 jun. 2010

PEREIRA, P. A. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais**.

São Paulo: Cortez, 2008.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: SALETE, R.; PEREIRA, I. B.;

ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs) **Dicionário da educação do campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em 07 de mar.de 2023

Meira, Cristiane Araújo. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante: um estudo de caso no campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo /**

Cristiane Araujo Meira. – 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufes.br/handle/10/2522>. Acesso em: 14 de jan. de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org) **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 10ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

RÊGO, E. C.; BENEVIDES, M. G. A assistência estudantil e a redução das desigualdades sociais no contexto de fragilização das políticas sociais. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 1, p. 151–163, 2019. DOI: 10.5216/ia.v44i1.55626. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/55626>. Acesso em: 28 out. 2024.

SPOSATI, A. **Regulação social tardia: características das políticas sociais latino americana na passagem entre o segundo e terceiro milênio**.2002. Disponível em:<http://www1.londrina.pr.gov.br/dados/images/stories/Storage/sec_assistencia/pdf/Regulacao_social_tardia_Aldaisa.pdf>Acesso em: 08 mai. 2024

.TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. Revista **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 725-742, out./dez. 2013.

Valle, Paulo Roberto Dalla; Ferreira, Jacques de Lima. Análise de Conteúdo na perspectiva de Bardin: contribuições e limitações para a pesquisa qualitativa em educação.**Scielo Preprints**, 2024. Disponível em: <file:///C:/Users/%C3%89rica/Downloads/Artigo+Final-1.pdf>. Acesso em: 22 out de 2024